

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Os professores e seus romances: o estudo das obras ficcionais escritas por professores paulistas (1920-1935).

Dislane Zerbinatti Moraes¹

Resumo: Este trabalho efetua a análise retórica e histórica de romances escritos por professores paulistas (1920-1935), identificando os contextos de produção e recepção dos livros. Trata-se de uma literatura de cunho testemunhal, em que os autores dialogam com os discursos educacionais oficiais, buscando valorizar a prática docente e a experiência pessoal.

Palavras-chaves: história da educação, fontes literárias, história da profissão docente.

Abstract: This paper effects the rhetorical and historical analysis of romances written by teachers of São Paulo (1920-1935), identifying to the contexts of production and reception of books. It is about a literature of testimonial character, which the authors dialogue with the educational discourses of official government, searching to value the practical teaching and the personal experience.

Keywords: history of the education, literary sources, history of the teaching profession.

“Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso - como a psicanálise nos mostrou - não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que - isto a história não cessa de nos ensinar - o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

(FOUCAULT, 1996: 10)

As décadas de 1920 e 1930 se caracterizaram por uma intensa circulação de idéias, propostas, utopias e políticas públicas ligadas à área da educação. Os autores dos romances por nós analisados, posicionam-se nesta circulação de idéias como representantes dos professores e buscam, através de suas narrativas, apresentarem a “*realidade*” escolar, conforme eles a concebem. Assim, podemos perceber uma crítica à maneira como os

¹ Professora de Metodologia do Ensino de História da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

professores eram encarados pelos órgãos de direção do ensino e, por conseguinte, a literatura, neste caso, transformou-se em instrumento político. Os recursos narrativos, os temas trabalhados e os prefácios situam os autores no espaço de disputa pela legitimidade da direção do campo educacional (CATANI, 2003)

Nosso objetivo é o de contribuir para uma escrita da história da educação brasileira voltada à análise das práticas escolares e das representações que os professores constroem de sua “*história*”. Nesta medida, esta investigação faz parte de um conjunto de pesquisas que interpretam fontes oficiais ou não, memórias, imprensa pedagógica, revistas de cultura, diários de professores e materiais pedagógicos.

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído de quatro romances que têm como elemento comum o fato de terem sido escritos por professores de escolas primárias paulistas, alguns tendo certa visibilidade e importância no meio profissional: 1. Leo Vaz. *O professor Jeremias*, 4a. ed., São Paulo, Monteiro Lobato & C. Editores, 1921 (1a. ed. 1920); 2. Dora Lice. *O calvário de uma professora*, São Paulo, Estabelecimento Gráfico Irmãos Ferraz, 1928; 3. Raimundo Pastor. *Alegrias, Agruras e Tristezas de um Professor*, São Paulo, Centro do Professorado Paulista, 1970 (escrito entre 1927 e 1930); 4. Máximo de Moura Santos. *O professor Policarpo: páginas de bom humor, dedicadas ao magistério*, 2a. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1940, (1a. ed. 1935).

Entendemos que a análise de romances, como fontes históricas, é potencializada com o aproveitamento dos estudos de Bakhtin a respeito do gênero:

“O discurso vive fora de si mesmo, na sua orientação viva sobre o seu objeto: se nos desviarmos completamente desta orientação, então sobrarão em nossos braços seu cadáver nu a partir do qual nada saberemos, nem de sua posição social, nem de seu destino. Estudar o discurso em si mesmo, ignorar a sua orientação externa, é algo tão absurdo como estudar o sofrimento psíquico fora da realidade a que está inserido e pela qual ele é determinado”. (BAKHTIN, 1993: 99)

Bakhtin faz esta observação a propósito da relevância dos instrumentos da retórica para a compreensão do gênero romance, o qual, segundo o autor, encerra um *plurilingüismo e uma bivocalidade*, que transporta as posições sociais para dentro do texto literário. O personagem do romance é sempre um ser ideológico, e, como tal, veicula idéias que são encontradas no mundo concreto no qual o escritor está inserido. É necessário perceber que há um *diálogo* entre a voz do autor e a de seus personagens e que, tanto autor como personagens estão ligados à realidade social, Por isso é importante este caminho entre texto e contexto. Os sentidos dos romances são revelados pelo contexto sim, mas não o contexto histórico que se

espelha no texto como se fosse uma crônica dos fatos. O contexto de que se fala é aquele que determina a intencionalidade dos autores, e, que se traduz em linguagens dentro do texto. O autor ao escrever um texto, concebe o leitor ideal, os efeitos que deseja provocar neste leitor, bem como refrata o sistema literário e ideológico em que está inserido. Nesse sentido, o nível das representações está na base da confecção do texto. (CHARTIER, 1990)

Ao tomarmos o universo documental sobre história da educação na Primeira República, encontramos um conjunto de representações sobre o professor, que estão intimamente ligadas às propostas educacionais, ou funcionam como legitimação para determinadas ações administrativas e técnicas. Na maioria dos discursos sobre questões de ensino, o professor e a professora são configurados como indivíduos passivos, resignados e, algumas vezes, como péssimos profissionais, incompetentes e descuidados. Podemos identificar estas representações nos *Anuários de Ensino do Estado de São Paulo* – documentos oficiais editados pela Diretoria Geral da Instrução Pública de São Paulo:

“É sabido que certos professores deixam de dar aulas durante dias e dias consecutivos; outros terminam seus trabalhos antes da hora regulamentar, outros ainda, prolongam o recreio durante uma ou duas horas, abandonando as crianças”. (RODRIGUES, 1910: 155)²

“Os professores não permanecem nos bairros senão o tempo marcado para a promoção, tempo inteiramente insuficiente para ensinar a ler aos seus alunos. O tempo de bairro é considerado como um prazo de desterro, terminado ele, o professor se remove, e os materiais da escola se extraviam ou deterioram.” (ANUÁRIO de Ensino, 1907,1908: 27)³

A leitura dos romances indica a intenção dos autores de responder a esta visão consagrada e propor novas perspectivas de interpretação da atividade docente. Como se fosse um subtexto, que estivesse sempre presente no pensamento dos autores, as representações do professor e da professora elaboradas pelos dirigentes do ensino e reformadores se constituem em mola propulsora das metáforas e do imaginário criado no texto ficcional. (MORAES, 1996)

Não encontramos informações detalhadas sobre a vida profissional de Dora Lince, autora de *O Calvário de uma professora*. No entanto, a forma de exposição das idéias e o tipo de recepção que ensejou indicam que o romance era autobiográfico. Sud Menucci, na época jornalista d’*O Estado de S. Paulo*, ex-Delegado Regional de Ensino em Piracicaba e Campinas e futuro presidente do Centro do Professorado Paulista (1934-1948), publicou uma resenha sobre o livro e citou o romance no ensaio *A crise brasileira de educação* de 1930. Em

² Parecer de João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral da Instrução Pública, emitido em 1907. *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1910, p. 155.

³ *Anuário de Ensino...*, 1907-1908, p. 27.

1956, um livro, *A professora: ensaio sobre contos relacionados com a atividade das professoras*, do jornalista Antonio Vieira, informa o verdadeiro nome da autora. Chamava-se Violeta Leme. Sud Menucci, na sua resenha de 1928, diz: “*O Calvário de uma Professora é, sem a menor dúvida, em grande parte, uma auto-biografia. Os aspectos que relata, as cenas que põe em relevo, os episódios que escolhe denunciam na autora uma profissional do officio*”.

No prefácio, endereçado ao Secretário do Interior, apela aos dirigentes do ensino para que seja concedida maior autonomia à professora primária paulista. Procura demonstrar que o seu relato é mais verdadeiro e confiável do que aqueles proferidos por diretores, inspetores e políticos, acionando os recursos estilísticos do drama e do melodrama. O romance trata da vida particular e profissional de Hermengarda, professora primária, formada na Escola Normal de São Paulo. Nele podemos conhecer a infância e adolescência, as experiências escolares, a entrada na Escola Normal, a decisão de ser professora e o ingresso na carreira. A sua trajetória como professora em escola isolada e depois em grupos escolares em regiões centrais. Destacam-se as dificuldades cotidianas, os desafios de uma mulher em funções públicas, como a de professora, e a organização do sistema de ensino. Aflora no romance a voz de uma professora que concebe a carreira como uma situação contraditória, em que a visão idealizada da profissão é recalçada pela experiência cotidiana de controle. Por exemplo, em dois momentos distintos da sua vida, Hermengarda tece considerações opostas sobre o trabalho docente. Quando está decidindo o seu futuro diz:

“Nunca! Nunca serei professora pública! Uma pobre criatura, sempre humilhada, por tantos superiores hierarchicos – diretores, inspetores, secretário. Quero trabalhar sim, não porém como escrava! Quero trabalhar como um ser pensante, e não como essas infelizes criaturas, transformadas em verdadeiras machinas, movidas tão somente pela pesadíssima e complicada engrenagem, denominada – Diretoria Geral da Instrução Pública”. (DORA LICE, 1928: 22)

Nos momentos em que pensa a sua própria prática, deixa-se influenciar pelos discursos de exaltação da profissão e reflete:

“Não somos apenas servas de superiores intolerantes. Somos uma força social, viva e poderosa. Em nossas mãos tão frágeis está o futuro da Pátria. Somos nós, o exército de professoras primárias, que temos a responsabilidade dos caracteres em formação. Somos formadoras da alma e seremos por isso, remodeladoras do caracter nacional!” (DORA LICE, 1928:115)

Pelos temas tratados por Dora Lice, podemos imaginar que o romance poderia ser lido como um manual de educação da normalista. A preocupação com a educação amorosa e

sexual, as histórias de professoras ingênuas perdidas no interior de São Paulo, enfrentando a imagem social negativa, - todos estes temas revelam a intenção da autora de aparelhar a mulher com regras de comportamento que facilitariam a sua vida.

As críticas de Sud Mennucci ao livro de Dora Lice, no entanto, demonstram que o texto era, de alguma forma, subversivo. Continha um componente de “*mágoa*”, apontava para uma crítica aos costumes no magistério, que destoava do discurso reformador da época. Na argumentação este discurso, expresso nos trabalhos de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho ⁴, formulava-se uma avaliação negativa da realidade escolar: imobilismo do sistema, resignação e passividade dos professores, tradicionalismo nos programas e métodos, injunções políticas. Portanto, o discurso reformista se apoiava na crítica à estrutura escolar paulista dos anos de 1920. No entanto, parece que, segundo Sud Mennucci, Dora Lice ultrapassou os limites aceitáveis de denúncia reformista:

“O que há de mais lamentável em “O Calvário de uma professora” é a falta de serenidade. Justamente porque quíz ser uma obra de these, quasi a “clé”, pleiteando ardorosamente a causa das preceptoras resignadas, essa faculdade mestra não poderia ser regateada. Só a imparcialidade, a visão do alto e do conjunto, a abstenção de preconceitos imprimiriam ao seu trabalho aquele cunho de verdade suprema que convence e que leva os espíritos a ação impulsiva pelas modificações necessárias”. (MENUCCI, 1928)

Nas entrelinhas, percebe-se o esforço de Sud Mennucci em aproximar o retrato das normalistas feito por Dora Lice à imagem que ele tem das “*professoras resignadas*”. É assim que ele interpreta o romance, mas percebe que o efeito da leitura do romance pode ser outro, diferente do autorizado por aqueles que se auto-investiam como tendo a interpretação correta da situação do ensino: o próprio Sud Mennucci, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros. Discurso para a mudança, discurso pedagógico para a integração da mulher na sociedade: estas são as duas formas de interpretação. Podemos lançar a hipótese segundo a qual o contexto ideológico dos debates carregava estas ambigüidades: mudança e conservação.

⁴ Lourenço Filho foi Diretor Geral da Instrução Pública e responsável pela difusão do ideário do “movimento das escolas-novas” no ensino público paulista. Fernando de Azevedo foi delegado de ensino em São Paulo e posteriormente participou ativamente das reformas educacionais do governo Vargas. A respeito da criação do discurso reformista existe vasta bibliografia. Neste trabalho utilizo basicamente os escritos de Fernando de Azevedo e os estudos de Marta Maria Chagas de Carvalho, obras estas citadas nas referências bibliográficas deste trabalho.

Os romances de Leo Vaz e Máximo de Moura Santos apresentam um tom irônico, com o objetivo de sublinhar a oratória pedante e a estrutura de poder que caracterizariam o sistema de ensino paulista. A crítica irônica e bem humorada pode ser interpretada como um recurso discursivo para moralizar os costumes e hábitos dos dirigentes do ensino e reforçar a argumentação dos reformadores da *Escola Nova*.

O professor Jeremias, escrito por Leo Vaz, conta a história de um professor primário que, depois de constantemente ridicularizado pela esposa, devido a “*miserável*” profissão que exercia, resolve abandonar a família e viver no interior de São Paulo. No romance, a Diretoria da Instrução Pública é criticada por supervalorizar as relações pessoais e formalidades protocolares e desvalorizar as atividades docentes. Ao inventar o *Manual do Perfeito Professor Público*, o narrador diz:

“*Obra indispensável a todo mestre-escola, contendo fórmulas de cartas, officios, bilhetes, requerimentos, recibos, procurações, cambiais, congratulações, discursos sobre todas as festas e datas nacionais, sonetos, hymnos, noticias diversas, relatórios e outros modelos úteis.*”

Em seguida relata a condição de subserviência dos professores, na estrutura de poder:

“*Não há nenhuma recompensa em conhecer a pedagogia. Mas na prática é uma sólida e bela coisa. Basta dizer, Joãozinho, que a Pedagogia é uma pirâmide. No ápice, um Diretor, agudo e fino, ameaça a furar o firmamento, na base, inumeráveis mestres escolas. De permeio, quantun satis de inspetores escolares, contínuos, amanuenses e bedeis.*” (VAZ, 1921: 7-8)

Leo Vaz foi, de fato, mestre-escola entre 1914 e 1918 e nesta época escreve o romance. Em 1919, abandona a profissão para tornar-se jornalista, crítico literário e de artes do jornal *O Estado de S. Paulo* Foi amigo de Monteiro Lobato e de Sud Mennucci (o personagem Sadi, no romance) e de Lourenço Filho.

Máximo de Moura Santos foi professor da rede pública entre 1913 e 1922, assistente técnico do Departamento de Educação, a partir de 1932 e seguiu como proprietário de um Curso Ginásial e de Cursos Preparatórios de Exames em São Paulo. Era grande amigo de Sud Mennucci Em 1935, retoma a temática desenvolvida por Leo Vaz, no romance *O professor Jeremias*, aproveitando as representações sobre o magistério construídas na década anterior. No romance, a interferência de políticos locais na decisão de instalação de escolas isoladas e a insatisfação quanto à formação oferecida pela Escola Normal são destacadas. O autor reforça a interpretação dos reformadores da Escola Nova, a qual havia localizado as qualidades da tradicional escola paulista, nos idos de 1890 e 1892, com a Reforma Caetano de

Campos. Após este período áureo, os professores e o sistema de ensino teriam entrado num período de penumbra e imobilismo.

Raimundo Pastor escreveu um livro de memórias contando a sua experiência como professor entre 1919 e 1926, desenhando uma imagem ora sombria, ora colorida, de uma etapa de sua vida profissional. Personagens e situações são criadas para traçar um retrato do processo de formação do tipo ideal do professor, segundo o modelo da Escola Nova. A narrativa da primeira viagem ao litoral sul de São Paulo remete a um percurso simbólico, no qual o autor descobre a realidade do mundo rural e toma consciência da natureza da profissão. Efetua a escrita ficcional de sua formação, explicitando a necessidade pessoal de reflexão sobre a profissão.

Em menor ou maior grau, os textos guardam as marcas e os heróis da memória coletiva sobre a educação paulista. As diferenças de intenções e temas representam o ponto de vista individual dos autores. Temos, portanto um plano de memória coletiva e um plano de memória individual. Os romances são decorrentes de um processo de identificação social a partir da introjeção da memória histórica, mas, simultaneamente, revelam o ponto de vista pessoal através da manifestação de consciência dos conflitos entre o *vivido* e o *concebido*. (HALBWACHS, 1990). Os autores efetuam um esforço de totalização da realidade, que unificou idealmente, uma situação de instabilidade produzida pelos discursos de renovação educacional. Duplo processo de identidade, muitas vezes caminhando em sentidos opostos: como educadores aceitam a memória das “*qualidades*” do ensino paulista e, buscando a identidade individual, criam um “*ponto de fuga*”, sintetizado no ato de escrever os romances. A experiência percebida de modo fracionado; as múltiplas obrigações e representações atribuídas ao professor; o anseio de ser reconhecido como profissional; todos estes elementos estão imbricados na busca de uma identidade. Podemos entender este “*ponto de fuga*” como um conceito estético e como um processo de distanciamento dos papéis sociais.

O recurso à literatura, mobilizado pelos professores-escretores, tem um significado de rompimento com os discursos pedagógicos e políticos. Cria-se, nesta medida, uma interdição na comunicação. Os professores constroem um espaço discursivo diferenciado, próprio, autônomo, em que outras dimensões do universo profissional ganham relevo.

Referências bibliográficas:

1. Fontes e documentos:

ANUÁRIOS de Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1907-1908 e 1910.

AZEVEDO, Fernando de. *A Cultura Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

MENUCCI, Sud. Livros Novos: Dora Lice: O calvário de uma professora. *O Estado de S. Paulo*, 15 de dezembro de 1928.

MENUCCI, Sud. *A crise brasileira de educação*. Oficinas Gráficas Irmãos Ferraz, 1930.

VIEIRA, Antonio. *A professora: ensaio sobre contos relacionados com a atividade das professoras*. São Paulo: s/ed., 1956.

2. Referências Bibliográficas Gerais:

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e estética*.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. “ O novo, o velho e o perigoso: relendo a *Cultura Brasileira*. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas (71), nov. de 1989.

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A Escola e a República*. São Paulo: BRasileinese, 1989.

CATANI, Denice Barbara.. *Educadores à meia-luz: um estudo sobre A Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado de São Paulo (1902-1918)*. São Paulo: EDUSF, 2003 (originalmente tese de doutorado, FEUSP, 1989)

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*, São Paulo, Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.

MORAES, Dislane Zerbinatti. *Literatura Memória e Ação Política: uma análise de romances escritos por professores paulistas*. (dissertação de mestrado) São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade São Paulo, 1996.